Implementação da travel rule

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Os dois hubs exigem que os intermediários financeiros transmitam informações sobre o ordenante e o beneficiário nas transferências de cripto. Ambos estendem esse dever às transferências de e para carteiras não custodiadas (unhosted wallets), embora de maneiras diferentes. A Suíça exige a identificação do titular da carteira e a prova de controle nas transferências de ou para carteiras não custodiadas, aplicando o art. 10 da AMLO-FINMA sem limite de valor. A PSN02 de Singapura exige informações completas sobre o ordenante e o beneficiário nas transferências de valor e informações reduzidas abaixo de S$ 1.500, com medidas baseadas em risco para carteiras não custodiadas.[1] O problema prático é a chamada questão do "sunrise": uma contraparte em uma jurisdição sem travel rule não consegue receber nem enviar os dados. O checklist pressupõe que a empresa utiliza um dos protocolos de mensagens do setor e trata as contrapartes que não o utilizam como de maior risco.

Checklist

- Selecionar o protocolo de mensagens ou o fornecedor (TRP/OpenVASP, Notabene, Sumsub, Sygna ou equivalente) e documentar as contrapartes alcançáveis por meio dele.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

- Definir o conjunto de dados transmitido: nome do ordenante, identificador da conta ou da carteira, endereço ou número de identidade nacional ou data e local de nascimento; nome do beneficiário e identificador da carteira.
- Definir o procedimento para transferências de saída a contrapartes que não conseguem receber os dados: bloquear, tratar como carteira não custodiada ou permitir mediante revisão reforçada.
- Definir o procedimento para transferências de entrada com dados ausentes ou incompletos: reter, devolver, solicitar os dados ou aceitar com documentação.
- Definir o procedimento para carteiras não custodiadas: verificação do controle do cliente por meio de mensagem assinada ou microtransação, identificação da contraparte se for um terceiro, pontuação de risco, limites.
- Estruturar o processo de due diligence de contrapartes: situação de licença do VASP contraparte, jurisdição, atestação do programa de PLD, exposição a sanções, frequência de atualização.
- Alinhar os limites suíços e de Singapura em um único conjunto de regras operacionais, aplicando a regra mais estrita em todo o grupo sempre que viável.
- Documentar a base de proteção de dados para a transmissão de dados pessoais a contrapartes estrangeiras (arts. 16 e ss. da Lei federal suíça de proteção de dados (DSG/FADP) na Suíça; obrigação de limitação de transferências do PDPA em Singapura).
- Testar a implementação com transferências de amostra em cada direção e com uma contraparte que use outro protocolo.
- Treinar a equipe de operações no procedimento manual alternativo e no fluxo de escalonamento.
- Reportar a implementação ao organismo de autorregulação (OAR) ou à MAS como parte da auditoria de PLD.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. AMLO-FINMA, art. 10; Comunicação de supervisão da FINMA 02/2019, de 26 de agosto de 2019, sobre pagamentos na blockchain; MAS Notice PSN02, parágrafos sobre transferências de valor; ver Parte F, Capítulo IV, e Parte L, Capítulo III. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.